

## A ESPACIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR GOIANA: PÚBLICO VERSOS PRIVADO

*Wagner Alceu Dias*

*Professor Dr. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás*

*Professor Dr. do curso de Geografia da Faculdade Alfredo Nasser*

*wagneralceu@gmail.com*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo central polemizar as políticas públicas caracterizadas como neoliberais na educação. Para que se tenha uma coesão quanto à ideia principal, a estrutura se fez mediante a distribuição de dois itens que se complementam na medida em que as conclusões se consolidam como resultado da pesquisa. O primeiro item tratou de esboçar a relação existente entre Estado e educação. No segundo item, foi prioridade fazer uma relação entre as ideias neoliberais e seus reflexos na educação. Esta pesquisa partiu da premissa em ostentar uma análise crítica da atuação do Estado no sistema de ensino, a presente pesquisa apontou como conclusão indicativos que se manifestam na irregularidade da distribuição dos cursos superiores que, por conseguinte, produzem uma concorrência, determinada pelo interesse do capital.

**Palavras-Chave:** Estado. Neoliberalismo. Educação.

### Introdução

O Estado, em sua dimensão político-administrativa, será pontuado como o centro da ordem, responsável pela interlocução entre ambos. Sobre a concepção de Estado adotada pela presente pesquisa, Lênin (2010, p. 27) contribui com o seguinte esclarecimento: “Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.”

O Estado, com o propósito de formar mão de obra para atender às fábricas, disseminadas por todo o planeta, constrói uma estrutura burocrática escolar que tem como prioridade tornar o indivíduo adaptável aos afazeres da indústria. Ler, escrever e contar representam a necessidade da educação, em que todos os indivíduos tornam-se meramente funcionais por força de uma constituição estatal que se apresenta a serviço do capital e usa a educação para tanto, incrementando uma alienação que tem como pano de fundo manter a ordem e o equilíbrio da exploração do trabalho pelo capital.

A educação, nesta perspectiva, passa a funcionar como um aparelho ideológico que, pelo sistema educacional, desempenha o papel de difusão do discurso dominante. Em Rezende (1982, p. 25) encontra-se o seguinte argumento sobre ideologia:

Toda e qualquer ideologia, portanto, não possui autonomia, mas “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam, também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. Isso significa que a produção de ideias está diretamente vinculada à atividade de produzir bens materiais, constituindo-se consequência direta dessa produção. (Grifo do autor).

Os discursos, por serem considerados ideológicos, são evidentemente políticos, pois sempre estão sob a tentativa de explicar e justificar a realidade. Como essa ação é amplamente subjetiva, qualquer que seja a leitura que se faça da realidade será uma vertente tendenciosa à defesa de alguns princípios, em que a pátria, o progresso, a família, o Estado, a ciência ou a própria educação são incorporados pelo discurso, que, como consequência, torna-se ideológico (REZENDE, 1982). Dessa forma, sob a imposição do mercado, consolida-se uma estrutura dominante que torna as políticas educacionais submissas ao sistema de produção capitalista. Porém, antes de inserir qualquer exemplo que conote a prática do neoliberalismo na educação, Harvey (2007, p. 2) conceitua:

O neoliberalismo, em um primeiro momento, é uma teoria das práticas econômico-políticas que propõe que o bem-estar humano possa se desenvolver melhor pela liberação das habilidades e liberdades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas.<sup>1</sup> (Tradução de MONTEIRO, Newton Paulo<sup>2</sup>).

Entre os principais elementos que caracterizam o neoliberalismo, está em suas bases a proposta do bem-estar social, baseado na liberdade individual e da propriedade

---

<sup>1</sup> Texto na íntegra, em seu estado original: Neoliberalism is in the first instance a theory of political economic practices that proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets, and free trade. The role of the state is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices. The state has to guarantee, for example, the quality and integrity of money. It must also set up those military, defense, police and legal structures and functions required to secure private property rights and to guarantee, by force if need be, the proper functioning of markets. Furthermore, if markets do not exist (in areas such as land, water, education, health care, social security, or environmental pollution) then they must be created by state action, if necessary.

<sup>2</sup> Professor Me. em Letras e linguística. Atualmente é professor da Faculdade Alfredo Nasser.

privada. Por conseguinte, a liberdade individual condiciona o indivíduo a realizar seus ideais, que, de acordo com o esclarecido anteriormente, possui sua origem nas estruturas discursivas do Estado. Em suma, a educação escolar participa fielmente na alimentação do ideário da sociedade.

Entretanto, o problema reside na realização dos ideais, pois numa sociedade em que os indivíduos são considerados livres para conquistar seus objetivos eles entram em disputas, cujo resultado é a satisfação daqueles que conseguem êxito de acordo com parâmetros capitalistas e o sentimento de fracasso daqueles que são tragados pelo processo competitivo (ELIAS, 1994).

A tônica do encerramento das discussões tratou em discutir as influências das políticas neoliberais na organização social e da produção do conhecimento sobre o crescimento de cursos superiores, sobretudo as licenciaturas, destacando o curso de Geografia. Baseado em pesquisas em sites governamentais e relatórios de institutos renomados, foi possível – por meio de gráficos e tabelas construídos a partir de referenciais teóricos, conjugados com trabalho de campo – elucidar uma concepção que contraria os rumores da chamada ‘crise das licenciaturas’.

### **A atuação do Estado na formação superior do povo brasileiro**

A concepção de Estado adotada neste trabalho refere-se ao Estado natural, conceituado por Engels (1984), que considera o Estado como um necessário sistema de governo cuja função se estabeleça na condução de um controle social, haja vista que:

[...] o primeiro sintoma de formação do Estado consiste na destruição dos laços gentílicos, dividindo os membros de cada gens em privilegiados e não privilegiados, e dividindo estes últimos em duas classes, segundo seus ofícios, e opondo-as uma à outra. (ENGELS, 1984, p. 122).

Pela forma de organização da sociedade, o processo avançou com notável gravidade em relação à desigualdade. Na medida em que as relações de produção se intensificaram, paralelamente ocorreu um processo de estratificação social determinado pela posse, em que os proprietários de bens passam a explorar, por meio do trabalho, os despossuídos (CAMPOS, 2009). Portanto, a aparição do Estado não foi uma imposição na verticalidade, mas uma inevitável criação que surge em meio ao antagonismo das condições de classes. Porém, mesmo não sendo derivada da classe dos detentores de meio

de produção, a presença do Estado produz regalias emergidas da subordinação da classe trabalhadora aos limites da ordem, regida pelo poder político.

Nessa perspectiva, a educação, no final do século XIX, passa a compor o quadro dos direitos fundamentais sob a incumbência do Estado (BRAATZ, 2008). No Brasil, embora citada na Constituição de 1934, somente em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – “nova” LDB, Lei 9.394/96 – foi sancionada. Este instrumento, segundo Saviani (1999), desde os primeiros textos, sempre representou o antagonismo de classes sociais. Se, por um lado, a primeira versão desse projeto perpetuou por 62 anos no Congresso, por outro, em 1996, a definição que regulariza o sistema de educação brasileiro obteve agregações satisfatórias à classe dos dominados. Obviamente, é redundante dizer que o período duradouro do primeiro projeto permaneceu basicamente inalterado por forças da classe dominante que, pelo uso desse instrumento, beneficiava-se.

Na considerada nova LDB o art. 2º descreve que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” Portanto, ao relacionar a educação como um direito da sociedade a partir da Primeira Revolução Industrial, logo não é complexo entender que a educação, sobretudo na concepção de Durkheim (1978)<sup>3</sup>, possui a finalidade de garantir a reprodução de um sistema social.

Percebe-se que, por um lado, a classe dominante sempre usou da força do poder político do Estado para conservar as estruturas que a beneficiam, ora com proposição de interceder para causas populares, que em sua maioria não revoga qualquer um de seus privilégios, ora com omissões, comportamento estratégico para o controle, despertando na população o desejo de inovações pela escolha de outro ícone da política, mas sempre dentro da condição de dependência. Por outro lado, a classe dominada se encontra sujeita à alienação provinda da classe dominante, principalmente pela ideologia imposta à educação.

---

<sup>3</sup> Émile Durkheim, principalmente em sua obra intitulada “Educação e sociologia”, considera a educação como um fato social e como tal há de possuir uma função, que por regra deve basear-se na correspondência entre o próprio fato e pela necessidade emergente em um determinado contexto da sociedade.



Esse modelo na verdade representa mais uma das estratégias do Estado em conservar o poder pela autocracia. Pelo domínio das estruturas discursivas, as escolas são incumbidas em desenvolver uma sociedade homogênea, socializada a partir da linguagem única, em que as imagens, os princípios, as normas ou valores são formas que se reproduzem no seio escolar, garantindo assim a conservação do sistema social (NOÉ, 2000).

Ultimamente, difunde-se a ideia de Estado fracassado, sem ação, em extrema inoperância, mas ao fazer-se uma análise do sistema escolar percebe-se que os PCNs, juntamente com os livros didáticos, representam a presença de um Estado forte, dissimulador de uma ideologia hegemônica que corrobora com a manutenção de boas relações de dominação. Para melhor compreensão do Estado e suas políticas educacionais, soma-se o próximo item, que traz reflexos das ideias neoliberais.

### **Políticas neoliberais e seus reflexos no ensino superior**

A teoria neoliberal aplicada às políticas educacionais segue o modelo administrativo das empresas, tendência que iguala a escola à indústria, sobretudo em relação aos aspectos econômicos. A indústria, orientada pela livre concorrência, possui sua estratificação por meio do índice de produtividade, o qual serve como sensor para maiores ou menores investimentos, assim como caracteriza Bourdieu (1998, p. 2) ao descrever sobre a concorrência industrial e seus dispositivos de estímulo à competição:

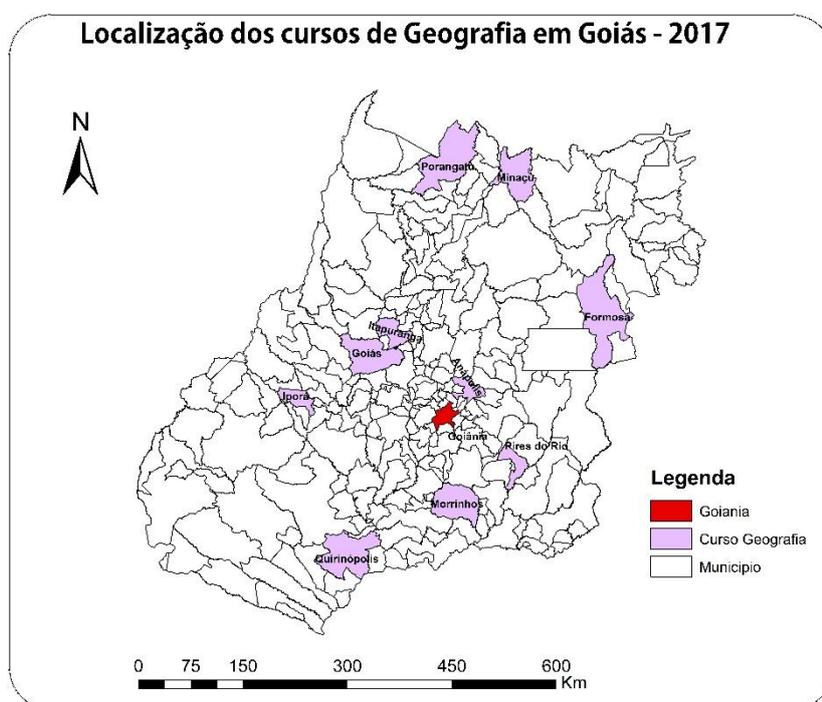
A globalização dos mercados financeiros, somada ao progresso das técnicas de informação, garante uma mobilidade sem precedente dos capitais e contempla os investidores, preocupados com a rentabilidade a curto prazo de seus investimentos, com a possibilidade de comparar de maneira permanente a rentabilidade da maioria das grandes empresas e de punir, como consequência do relativo fracasso. As próprias empresas, colocadas sob permanente ameaça desse tipo, devem ajustar-se cada vez mais rapidamente às demandas do mercado. Devem fazê-lo, sob pena de "perder a confiança do mercado", como se diz agora, e perder ao mesmo tempo o apoio dos acionistas que estão preocupados em obter rentabilidade de curto prazo e cada vez mais habilitados a impor sua vontade sobre os gestores, impor as suas normas por meio da orientação do capital financeiro e dirigir suas políticas em matéria de contratação de trabalhadores, de empregos e de salários. Tradução livre do autor.

A essência do livre mercado é associada à iniciativa das grandes indústrias no aperfeiçoamento da sua produção, baseado na organização do trabalho. Portanto, o que está em pauta é a capacidade da indústria em gerar lucros. Acionistas e empresários estão constantemente atentos “às formas organizacionais e tecnológicas e estão sempre à procura de inovações que regem lucros em excesso, pelo menos por um tempo”. (HARVEY, 2011, p. 79).

O que é importante frisar no contexto das inovações tecnológicas e da forma de organização da produção é exatamente a concorrência, que propiciada pelo Estado não corresponde aos interesses de toda extensão territorial. Chaveiro e Calaça (2008, p. 191-192) exemplificam, afirmando que “a livre iniciativa da economia segue apenas o padrão hegemônico, impondo sobre o território o que lhe convém, segundo as leis do custo e da lucratividade[...]”. Em contrapartida, o Estado, como gestor dessa economia, visa apenas aumentar seu poder pela riqueza gerada, ignorando o reflexo da desigualdade regional em seu território.

Esse cenário denuncia a política neoliberal do Estado em duas circunstâncias. Primeiro, discrimina as regiões onde inexitem condições de logísticas para produção e circulação de bens, ação que acentua a desigualdade regional. A segunda circunstância é a impossibilidade das pequenas indústrias de participarem do mercado, pois a concorrência, como já mostrado, induz necessariamente a um alto investimento, condição inerente do capital monopolista, frequentemente externo.

Como forma de provocar a reflexão acerca da acentuada desigualdade regional e sua influência na distribuição das IES no território goiano, o mapa 01 mostra a localização do curso de Geografia, provenientes da Universidade Estadual de Goiás.



Para uma lúcida interpretação do mapa 01, é necessário considerar as informações da tabela 01, que apresenta o panorama de concorrência de todos os 10 cursos de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Na sincronia do mapa 01 com a tabela 01, conclui-se que as demandas maiores para a realização do curso de Geografia, encontram-se nas localidades mais distantes da capital Goiânia. É nessas circunstâncias que a distribuição das IESs de iniciativa privada potencializa a desigualdade social, instalando-se exclusivamente em locais onde existe uma intensa relação de produção capitalista. É nesta perspectiva que se justifica a alta demanda por um curso de licenciatura de Geografia nos locais onde inexistem uma intensa relação de produção capitalista, revelando que a falta de opção de cursos superiores é a grande motivação.

**Tabela 01** – Concorrência no curso de licenciatura em Geografia da UEG- 2017.

Curso	Municípios	Vagas	Inscrição/vaga
Geografia	Anápolis	24	2,58
Geografia	Formosa	32	3,84
Geografia	Goiás	32	1,94
Geografia	Iporá	32	2,16
Geografia	Itapuranga	32	1,75
Geografia	Minaçu	32	2,03
Geografia	Morrinhos	32	2,81
Geografia	Pires do Rio	32	1,69
Geografia	Porangatu	24	5,63
Geografia	Quirinópolis	32	1,81

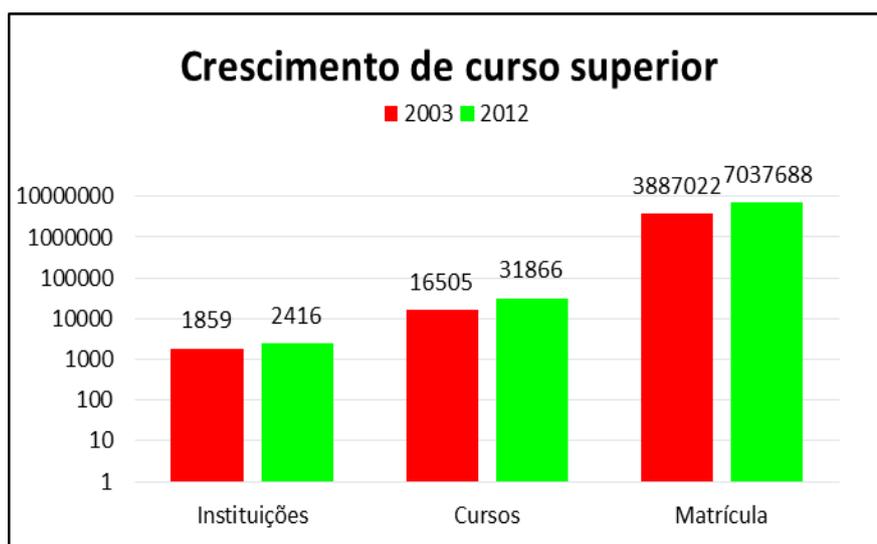
Fonte: <http://www.nucleodeselecao.ueg.br/> publicado em 18 de outubro de 2016.

Organização: DIAS, Wagner Alceu Dias

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) é composta por 42 campi universitários, dos quais, como já foi anunciado, dez possuem o curso de Geografia. A tabela 01 expressa a concorrência em cada um dos municípios, que por sinal diferem-se quanto à procura pelo curso de Geografia. Percebe-se que os municípios mais próximos à região metropolitana são os que apresentam menor demanda. Dessa forma, conclui-se que a localização das IESs de iniciativa pública se estabelece por critérios políticos, enquanto que as IESs de iniciativa privada está condicionada exclusivamente ao viés econômico.

Portanto, entre o jogo da iniciativa privada e pública desenrolada na educação de ensino superior, ocorre a intensificação da desigualdade social.

Com a finalidade de desvendar a suposta concentração de cursos de geografia na região, foi verificado que a Faculdade Alfredo Nasser, localizada em Aparecida de Goiânia, ofertou 40 vagas no início do ano de 2014, mas apenas sete matrículas foram efetivadas, número que compromete a continuidade da oferta do curso por parte do mantenedor. Também foi consultada a concorrência na UFG, em que a licenciatura em Geografia chegou a registrar 2,47 candidatos por vaga. O bacharelado em Geografia, de sua feita, teve 2,3 candidatos por vaga. À guisa da conclusão, não é correto afirmar que a UFG, por ser pública, consegue absorver a demanda de candidatos ao curso de Geografia, pois a UEG também é pública. Contudo, no momento, é pertinente a apresentação da figura 01, que mostra um crescimento de mais de 70% das IES entre os anos de 2003 e 2012, dados que oferecem outro viés para o pensar da suposta ‘crise das licenciaturas’.



**Figura 01** – Crescimento de instituições, cursos superiores, matrículas de 2003 à 2012.  
 Fonte: Censo da Educação Superior (MEC/Inep)  
 Elaboração: DIAS, Wagner Alceu, 2014.

Sabe-se que uma instituição de ensino possui vários cursos e com o aumento de instituições a consequência é o aumento dos cursos. No período de 2003 a 2012, o número de cursos superiores cresce 93,06%, aumentando substancialmente o número de matrículas, que no mesmo período cresceu 81,05%.

Esse quadro de informações realça a perspectiva de que a suposta crise das licenciaturas está diretamente ligada à expansão de oportunidades ocasionada pela excessiva abertura de IES, sobretudo de caráter privado. A lógica da IES privada segue a

regra da procura e oferta, da qual a educação é entendida como produto. Dessa forma, a IES, por tendência do mercado, irá ofertar o produto que apresenta maior escassez, na perspectiva de viabilizar uma maior demanda e, consecutivamente, obter maior vantagem nos lucros. Essa conclusão confirma-se mediante informações do Observatório do Mundo do Trabalho (MEC/IFG, 2014) que declara que 53,49% dos cursos de licenciaturas ofertados no estado de Goiás são oriundos das instituições públicas.

No entanto, verdadeiramente não há uma chamada crise das licenciaturas. O que está acontecendo é uma expansão das oportunidades de ensino superior alicerçadas por políticas de transferência de investimento do setor público ao setor privado. Dados do Ministério da Educação, 2014, mostram que as matrículas em curso superior no grau de ensino das licenciaturas não sofreram queda. Pelo contrário. Destaca-se um aumento de 1.340 matrículas entre os anos de 2010 para 2011.

Pela mesma fonte, constata-se que 74% de todas as matrículas em cursos superiores do ano de 2011 foram efetivadas no setor privado. O que não pode ser negado é o reconhecimento do aumento de matrículas nos cursos tecnológicos, com aumento de 88.925 matrículas entre o mesmo período de 2010 a 2011. Estes dados confirmam a tendência do crescimento do setor privado e sua não atuação na oferta de licenciaturas, ficando estas a cargo das instituições públicas.

Pode-se concluir que a localização geográfica dos cursos superiores tem correspondência com o nível de concorrência entre o grau de ensino, particularmente nas licenciaturas e tecnológicos. Constata-se que os cursos de Geografia de Porangatu e Formosa, mais distantes da metrópole, são possuidores dos mais altos índices de concorrência, ultrapassando três candidatos por vaga. Na medida em que a localização do curso de geografia aproxima-se da metrópole, a demanda diminui.

### **Considerações finais**

Nessa ocasião, conclui-se que a sociedade procura a presença do Estado nos instantes de dificuldades, mas, obscurecida por uma ideologia dominante, não reconhece que tais dificuldades são geradas justamente pela presença do Estado. O desencontro da palavra ‘presença’ está no âmbito do interesse. A presença do Estado clamada pela grande parcela da sociedade, sobretudo os dominados, justifica-se pelo amparo social em saúde, educação e segurança, enquanto que a presença efetiva do Estado assenta-se nesses

mesmos serviços, mas com propósitos de cooptação, garantindo constantemente uma necessidade emergente de Estado à sociedade. Em outras palavras, a atuação do Estado é produzir no ideário da sociedade uma “necessidade de Estado”, pois dessa forma, as forças antagônicas são domesticadas pela difusão das ideias neoliberais, que, ao se apropriarem da educação provocam um individualismo sem precedentes.

Foi constatado que no estado de Goiás o setor público oferta maior percentual de cursos de licenciatura que, conseqüentemente, alcançam um maior número de pessoas, relevando a distribuição entre as mesorregiões. Complementa-se, então, a constatação do setor privado como responsável por mais de 87% da formação da população em cursos superiores que, pela lei da oferta e procura, oferece cursos com demandas significativas do ponto de vista da acumulação do capital.

Destarte, a pesquisa se resume metodologicamente por compreender a educação enquanto indústria, e que a partir da avaliação de sua produtividade o seguimento privado fica cada vez mais presente. Ao apresentar o conceito de neoliberalismo, e relacionar com o atual quadro de cursos superiores no Brasil, fica fácil entender como esse conjunto de políticas corrompe os interesses do coletivo e produz uma sociedade individualista, sem forças para lutar contra a ideologia dominante que condiciona o indivíduo a reproduzir sua própria classe social a partir do seu reconhecimento e aceitação de sua condição dentro da estrutura orgânica do capital.

### **SPATIALIZATION OF EDUCATION GOIANA: PUBLIC PRIVATE VERSOS**

**Abstract:** The main purpose of this paper is to polemize the neoliberal public policy in education. In order to have a coherent view of the main argument, it is structured in two major complementing topics consolidated as research results. The first topic sketches the relation between State and Education. The second one establishes the relations of Neoliberal ideas and its impact on Education. This research with a view to develop a critical analysis of State action on the teaching system, the current study pointed to data that make clear the irregularity of the distribution of graduation courses, which, by its turn, produces competition determined by the capitalist sake.

**Keywords:** State. Neoliberalism. Education.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. São Paulo: Autores associados, 2004. 75p.
- BOURDIEU, Pierre. **La esencia del neoliberalismo**. 1998. 5f. Monografia (Especialização em Economia) - Revista Colombiana de Educación, Colômbia, 1998.
- BRAATZ, Tatiani Heckert. **Direito à educação: dever do Estado?** Revista Jurídica–FURB, Santa Catarina, v.12, n.24, p.80-94, 2008.
- CAMPOS, F. I. **Ciência política: introdução a teoria do Estado**. Goiânia: Vieira, 2009. 188p.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel. **A Dinâmica Demográfica do Cerrado: O Território Goiano Apropriado e Cindido**. In. GOMES, Horieste. **Universo do Cerrado**. vol. II. Goiânia: UCG, 2008. p. 287-307.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 86p.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 201p.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 215p.
- FILLOUX, Jen-Claude. **Émile Durkheim**. Tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. Recife: Editora Massangana, 2010. 148p.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. 184p.
- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Reino Unido: Oxford, 2007. 256p.
- \_\_\_\_\_, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.
- NOÉ, Antônio. **A relação educação e sociedade: os fatores sociais que intervêm no processo educativo**. UNISO–Avaliação da educação superior – AVALIAÇÃO, Sorocaba–São Paulo, v.5, n.3, p.21-26, 2000.
- REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. 126p.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: LDB**, trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Editora autores associados, 1999. 238p.

TRAGTENBERG, Maurício. A escola como organização complexa. Org. GARCIA, Walter E. **Educação Brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, LTDA, 1976. 277p.